

A photograph of the Palácio do Governo in Rio de Janeiro, Brazil, featuring classical architecture with columns and arches. The building is partially obscured by a large purple circular graphic on the right side of the image.

Simulado Especial CPU PE

Gestor Governamental -
Administrativa - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CPU-PE**, cargo de **Gestor Governamental - Administração**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/H6sqPSS9t6KMJ4247>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/YY74>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***O direito de opinar**

As leis precisam ser dinâmicas, para acompanharem as mudanças sociais. Há sempre algum atraso nisso: a mudança dos costumes precede as devidas alterações jurídicas. É cada vez mais frequente que ocorram transições drásticas de valores e julgamentos à margem do que seja legalmente admissível. Com a velocidade dos meios de comunicação e com o surgimento de novas plataformas tecnológicas de interação social, há uma dispersão acelerada de juízos e opiniões, a que falta qualquer regramento ético ou legal. Qual o limite da liberdade de expressão a que devam obedecer os usuários das redes sociais? Que valores básicos devem ser preservados em todas as matérias que se tornam públicas por meio da internet?

Enquanto não se chega a uma legislação adequada, as redes sociais estampam abusos de toda ordem, sejam os que ofendem o direito da pessoa, sejam os que subvertem os institutos sociais. O direito de opinar passa a se apresentar como o direito de se propagar um odioso preconceito, uma clara manifestação de intolerância, na pretensão de alçar um juízo inteiramente subjetivo ao patamar de um valor universal.

As diferenças étnicas, religiosas, políticas, econômicas e ainda outras não são invocadas para se comporem num sistema de convívio, mas para se afirmarem como forças que necessariamente se excluem. Uma opinião apresenta-se como lei, um preconceito afirma-se como um valor natural. Não será fácil para os legisladores encontrarem a forma adequada de se garantir ao mesmo tempo a liberdade de expressão e o limite para que esta não comprometa todas as outras liberdades previstas numa ordem democrática. Contudo, antes mesmo que essa tarefa chegue aos legisladores, compete aos cidadãos buscarem o respeito às justas diferenças que constituem a liberdade responsável das práticas sociais.

(MELLO ARAÚJO, Justino de)

1. Estabelece-se no texto, como seu tema central,
 - a) a influência das redes sociais na transformação da imprensa tradicional e na atuação profissional dos comunicadores.
 - b) a urgência de uma legislação eficaz contra o uso das novas plataformas de comunicação.
 - c) a relação entre o direito à liberdade de expressão e o limite ético-jurídico desse direito.
 - d) a falta de uma legislação específica que estabeleça a censura prévia como paradigma.
 - e) a valorização irrestrita da liberdade de expressão como bem superior a qualquer outro direito social.
2. De acordo com o texto, é correto afirmar que:
 - a) as leis têm ritmo lento e não respondem às mudanças sociais com a agilidade necessária.
 - b) diante da incapacidade dos cidadãos de assegurar o respeito às diferenças, impõe-se à legislação cumprir tal papel.
 - c) as redes sociais configuram espaços democráticos de debate, nos quais os abusos representam apenas uma parcela mínima.
 - d) o progresso tecnológico garante, por si só, a harmonia entre juízos diversos, o que dispensaria novas regulamentações.
 - e) qualquer opinião expressa nas redes deve ser tratada como verdade universal, pois representa a manifestação legítima da liberdade individual.

3. As perguntas formuladas ao final do primeiro parágrafo pressupõem que

- a) os usuários das redes sociais devem usufruir de liberdade plena para expressar qualquer opinião, sem qualquer tipo de restrição.
- b) ainda não há clareza sobre quais critérios deveriam orientar a definição de limites para a atuação nas redes sociais.
- c) é inviável estabelecer qualquer forma de regulação sobre as manifestações emitidas no ambiente digital.
- d) o estabelecimento de normas para regular opiniões na internet não pode ser objeto de ação legislativa.
- e) qualquer tentativa de orientar ou controlar o uso das redes sociais será rejeitada pelos próprios usuários.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do primeiro parágrafo em:

- a) precede as devidas alterações jurídicas = antepõe-se, devidamente, às leis.
- b) à margem do que seja legalmente admissível = em total desacordo com a lei.
- c) a dispersão acelerada de juízos = a contenção lenta de opiniões.
- d) transições drásticas de valores = mudanças bruscas de padrões sociais.
- e) valores básicos devem ser preservados = base valorativa pode ser recuperada.

- com o surgimento de novas plataformas tecnológicas de interação social, há uma dispersão acelerada de juízos e opiniões (1º parágrafo)

- Contudo, antes mesmo que essa tarefa chegue aos legisladores, compete aos cidadãos buscarem o respeito às justas diferenças (3º parágrafo)

5. No contexto em que se encontram, os elementos sublinhados expressam, respectivamente, ideia de:

- a) companhia e adversidade.
- b) instrumento e conclusão.
- c) causa e conclusão.
- d) modo e explicação.
- e) causa e adversidade.

Antigamente, grupos humanos realizavam grandes comemorações dedicadas à natureza. Muitas vezes, homenageavam os deuses relacionados à colheita e às estações.

6. Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, as formas verbais deverão ficar, na ordem dada,

- a) eram realizados – tinham homenageado
- b) eram realizadas – eram homenageados
- c) foram realizadas – foram homenageados
- d) seriam realizadas – serão homenageados
- e) tinham realizado – eram homenageados

Um terço dos consumidores indicou que compraria mais se recebesse abordagem mais personalizada.

7. Uma adequada articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima persistirá caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- a) comprou – recebeu
- b) comprava – receber
- c) havia comprado – houvesse recebido
- d) compra – recebia
- e) comprará – receber

Escrever um texto é muito mais do que apenas organizar palavras em frases e parágrafos.

8. Assinale a alternativa em que os pronomes empregados para substituir as expressões destacadas estão em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) O escrever – as organizar
- b) Lhe escrever – as organizar
- c) Escrevê-lo – organizá-las
- d) Escreve-lhe – organizá-las
- e) Escrevê-lo – lhes organizar

9. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Vê-se resultados satisfatórios naquela pesquisa.
- b) Caberiam explorar com mais profundidade os malefícios do desmatamento.
- c) A limpeza do solo e o tratamento dos rios deve ser feita.
- d) Associam-se os ciclos econômicos naturais às chuvas.
- e) Havia muitas dúvidas entre os pesquisadores.

10. A supressão da vírgula implicará alteração de sentido na frase:

- a) São nocivos à saúde humana os alimentos ultraprocessados, que contêm grandes quantidades de açúcar e de gordura.
- b) Certamente, uma alimentação saudável em muito contribui para o funcionamento do nosso organismo.
- c) Os nutricionistas recomendam uma porção de frutas frescas, no café da manhã.
- d) Para uma alimentação saudável, é necessário utilizar ingredientes naturais.
- e) É importante manter refeições equilibradas, para garantir energia ao longo do dia.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

Utilize o texto abaixo para resolver as questões 11 e 12

Moranguinho realizou uma pesquisa, na sua comunidade, sobre hábitos de beber refrigerantes de 300 pessoas, e conseguiu as seguintes informações:

- 120 gostam de coca-cola;
- 100 gostam de fanta;
- 80 gostam de guaraná;
- 50 gostam de coca e fanta;
- 40 gostam de coca e guaraná;
- 30 gostam de fanta e guaraná;
- 20 gostam dos três.

11. O número de moradores que não gostam de nenhum dos pratos listados acima é igual a:

- a) 70
- b) 110
- c) 85
- d) 125
- e) 100

12. Moranguinho compara percentualmente os moradores que gostam SOMENTE de coca e fanta com o total de pessoas pesquisadas e encontra x%. Pode-se afirmar que o valor de x é igual a:

- a) 10
- b) 20
- c) 30
- d) 40
- e) 50

13. Dada uma sequência numérica, a partir do segundo termo, há um padrão lógico.

41, 46, 56, 67, 80, 88, 104, X

Ao continuar com o mesmo padrão, o valor de X é:

- a) 108
- b) 109
- c) 110
- d) 111
- e) 112

Utilize o texto abaixo para resolver as questões 14 e 15.

P1: Se César não é alegre, então Geórgia samba.

P2: Se César é alegre, então Joaquim não é festeiro.

P3: Joaquim é festeiro.

14. A conclusão do argumento acima é:

- a) César é alegre e o Geórgia não samba
- b) César não é alegre e Geórgia samba
- c) a César é alegre e o Geórgia samba
- d) César não é alegre e Geórgia não samba
- e) se Joaquim não é festeiro, então Geórgia não samba

15. A negação da proposição P1 é:

- a) Se César não é alegre então Geórgia não samba
- b) Se César não é alegre então Geórgia samba
- c) César é alegre e Geórgia não samba
- d) César não é alegre e Geórgia não samba
- e) César é alegre e Geórgia samba

16. Três servidores públicos Joaquim, Liomar e Otto, ganharam R\$ 60.000,00 como premiação. Joaquim tem 4 filhos, Liomar, 6 filhos e Otto, 10 filhos. A divisão da premiação será feita de forma proporcional ao número de filhos. A diferença entre as partes de Otto e Joaquim é igual a:

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 9.000,00
- c) R\$ 12.000,00
- d) R\$ 18.000,00
- e) R\$ 20.000,00

17. Macedo pagou uma conta de luz atrasada, com multa e juros, no valor total de R\$ 2940,00. Sabe-se que multa e juros corresponderam a 5% do valor original que Macedo deveria pagar.

O valor original da conta de luz que Macedo deveria pagar era:

- a) R\$ 2700,00.
- b) R\$ 2750,00.
- c) R\$ 2800,00.
- d) R\$ 2830,00.
- e) R\$ 2860,00.

18. Em certo ano, o primeiro dia caiu numa quinta-feira e o último dia caiu numa sexta-feira. Nesse ano, o dia do trabalho, ou seja, primeiro de maio caiu em um(a):

- a) quarta-feira
- b) quinta-feira
- c) sexta-feira
- d) sábado
- e) domingo

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Douglas Schneider*

19. Considerando a evolução dos modelos teóricos de Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O modelo patrimonialista caracteriza-se pela racionalização da burocracia estatal, com predominância da impessoalidade, do formalismo procedimental e da profissionalização técnica dos agentes públicos.
- b) O modelo burocrático, embora apresente avanços em relação ao patrimonialismo, mantém a indistinção entre o público e o privado, sendo estruturado na autoridade tradicional e no personalismo administrativo.
- c) O modelo gerencial surge para superar as limitações do burocrático, enfatizando a separação entre atividades exclusivas e não exclusivas do Estado, a orientação para resultados e a busca de eficiência administrativa.
- d) O modelo societal deriva das experiências anglo-saxãs do movimento gerencialista e fundamenta-se na redução do papel do Estado, priorizando mecanismos de ajuste estrutural e recomendações de organismos multilaterais.
- e) O modelo burocrático puro corresponde à fase em que a Administração Pública passa a tratar o cidadão como cliente, adotando padrões de desempenho e mecanismos de controle por indicadores.

20. A Administração Pública Burocrática caracteriza-se por:

- a) foco em resultados.
- b) flexibilidade institucional.
- c) profissionalização e impessoalidade.
- d) dominação tradicional.
- e) participação direta da sociedade.

21. Sobre a governabilidade, é correto afirmar que:

- a) governabilidade corresponde ao conjunto de condições políticas, institucionais e de apoio social que permite ao governo formular, negociar e implementar políticas públicas, sendo influenciada pela composição do Legislativo, pelo sistema partidário e pela capacidade de coordenação política.
- b) governabilidade diz respeito à capacidade administrativa do Estado de articular mecanismos de controle interno, auditoria e avaliação, assegurando o cumprimento das normas aplicáveis.
- c) a perda de governabilidade ocorre exclusivamente quando há crise econômica, independentemente do apoio parlamentar e da estabilidade institucional.
- d) governabilidade é alcançada quando os órgãos de controle exercem comando direto sobre o processo decisório, garantindo a aderência às recomendações técnicas emitidas.
- e) governabilidade corresponde às boas práticas de gestão, tais como transparência e prestação de contas, voltadas ao aumento da eficiência administrativa.

22. A *accountability* constitui princípio estruturante da Administração Pública contemporânea. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) *accountability* refere-se exclusivamente ao dever de publicar atos administrativos, garantindo a publicidade formal dos documentos e decisões internas.
- b) *accountability* concentra-se na aferição contábil dos resultados financeiros da gestão, restringindo-se às demonstrações obrigatórias previstas na legislação fiscal.
- c) *accountability* representa mecanismo aplicado apenas às entidades que atuam sob regime de direito privado, estando ausente das responsabilidades atribuídas aos gestores públicos.
- d) *accountability* expressa o dever dos gestores públicos de prestar contas de seus atos, justificar suas decisões, demonstrar resultados e estar sujeitos à responsabilização por suas condutas, abrangendo dimensões de transparência, responsabilidade e responsividade.
- e) *accountability* é conceito restrito à esfera política e refere-se exclusivamente ao apoio da opinião pública às decisões governamentais.

23. A avaliação de políticas públicas deve ser entendida como um processo:

- a) fundamentado exclusivamente em abordagens quantitativas, com foco detalhado em um único estudo de caso considerado representativo.
- b) de fácil compreensão pelos envolvidos e destinatários, porém sem possibilidade de desagregação territorial, socioeconômica ou demográfica dos dados coletados.
- c) apoiado em métodos estritamente quantitativos, que não admitem combinação com outras abordagens analíticas.
- d) orientado apenas para a verificação dos produtos imediatos oriundos da ação estatal, desconsiderando impactos mais amplos.

e) contínuo, presente em todas as etapas do ciclo da política, inclusive no monitoramento dos resultados alcançados, servindo de referência para o planejamento subsequente.

24. A atuação da sociedade nos processos de gestão das políticas públicas e no acompanhamento da ação estatal caracteriza-se como mecanismo essencial de fortalecimento democrático. Nesse sentido, é correto afirmar que essa participação social:

- a) limita-se às modalidades expressamente previstas na Constituição, como plebiscito, referendo e iniciativa popular, admitindo adicionalmente formas de contestação direta da ordem estabelecida.
- b) favorece o combate à corrupção e tende a reforçar a legitimidade governamental, sendo ilustrada por instrumentos internos do Poder Legislativo, como comissões parlamentares de inquérito e comissões permanentes.
- c) ocorre exclusivamente por intermédio de representantes escolhidos pelo voto direto, periódico, secreto e com igual peso para todos os eleitores.
- d) provoca interferências indevidas no programa de governo eleito, ao conferir protagonismo excessivo a grupos organizados na defesa de interesses particulares.
- e) contribui para a redução da corrupção, fortalece a legitimidade das decisões e amplia a eficiência das políticas, sendo exemplo disso um conselho municipal responsável pelo acompanhamento e controle social de fundos destinados à educação básica.

LEGISLAÇÃO*Rodrigo Bet*

25. Durante uma capacitação interna sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), foram discutidas as condutas que configuram infrações administrativas segundo o art. 32 da lei. Considerando essas hipóteses, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Atrasar de forma proposital a entrega de uma informação, mesmo podendo fornecê-la de imediato, é conduta ilícita conforme a LAI.
- b) Ocultar documentos para favorecer terceiros é conduta ilícita conforme a LAI.
- c) Acessar ou divulgar informação sigilosa sem autorização é conduta ilícita conforme a LAI.
- d) Destruir documentos relacionados a violações de direitos humanos constitui conduta ilícita prevista na LAI.
- e) Negar acesso a informação pessoal sensível de um terceiro é, em regra, conduta ilícita praticada pelo servidor.

26. Durante um treinamento sobre a LAI, discutiu-se um caso em que uma autarquia federal negou informação sem indicar a autoridade responsável pela classificação. O cidadão deseja recorrer. Conforme as regras recursais da LAI, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso deve ser enviado diretamente à CGU, sem passar por autoridade superior.
- b) Se a autarquia mantiver a negativa, o cidadão pode recorrer imediatamente à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.
- c) O cidadão deve primeiro recorrer à autoridade hierarquicamente superior; se persistirem irregularidades, pode então recorrer à CGU.
- d) Em pedidos envolvendo informação secreta, o recurso inicial deve ser dirigido diretamente ao Ministro de Estado.
- e) A autarquia pode criar prazos recursais próprios, diferentes dos previstos na LAI.

27. A Secretaria de Gestão de Dados de Pernambuco implantou um novo sistema para facilitar o exercício dos direitos previstos na LGPD. Entre os pedidos recebidos, é necessário identificar quais estão corretamente amparados pelo art. 18 da LGPD. Assinale a alternativa correta.

- a) Um cidadão pede que o órgão elimine todos os seus dados, mesmo sendo necessários para políticas públicas obrigatórias. O órgão deve atender, pois o direito de eliminação sempre prevalece.
- b) Uma servidora pede acesso aos seus dados no sistema de recursos humanos e confirmação sobre a existência de tratamento. O órgão deve fornecer essas informações.
- c) Um estudante solicita que seus dados sejam transferidos automaticamente para uma instituição privada, sem formalização. Como a portabilidade é direito absoluto, o órgão deve atender.
- d) O titular tem direito à anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em conformidade com a LGPD.
- e) Uma cidadã exige que o órgão pare de compartilhar dados com outros órgãos públicos, mesmo quando isso é necessário para cumprir obrigação legal. O órgão deve suspender o compartilhamento imediatamente.

28. A Secretaria de Administração do Governo de Pernambuco iniciou um programa de adequação à LGPD, envolvendo mapeamento dos agentes de tratamento dentro da administração pública estadual. Durante as atividades, surgiram dúvidas sobre as funções e responsabilidades do controlador, do operador e do encarregado.

Considerando o que dispõe a LGPD e o papel desses agentes no setor público, assinale a alternativa correta.

- a) O operador é o responsável pelas decisões essenciais sobre o tratamento de dados pessoais, sendo também o encarregado de responder diretamente aos titulares e à ANPD.
- b) O controlador é o agente que executa o tratamento de dados pessoais em nome de outra entidade pública, seguindo instruções técnicas determinadas.
- c) O encarregado é a autoridade máxima dentro da cadeia de tratamento, responsável por definir as finalidades e bases legais aplicáveis.
- d) O operador realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, seguindo suas orientações, enquanto o encarregado atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares e a ANPD.
- e) O controlador e o operador exercem exatamente as mesmas funções, diferenciando-se apenas pelo porte da instituição responsável.

29. Durante uma auditoria de gestão de pessoal, a Secretaria de Administração de Pernambuco (SAD-PE) analisou diferentes situações envolvendo servidores estaduais e a forma adequada de provimento prevista no Estatuto dos Servidores Cíveis de Pernambuco (Lei nº 6.123/68). Considerando as modalidades de provimento tratadas pela referida lei, assinale a alternativa correta.

- a) Um servidor aposentado por invalidez permanente recupera plenamente sua capacidade laboral e solicita seu retorno ao serviço ativo. Nesse caso, o

retorno do servidor caracteriza aproveitamento, por envolver servidor anteriormente desligado.

- b) Um servidor efetivo, ao retornar de disponibilidade, deve ser enquadrado em cargo de natureza diferente daquela anteriormente ocupada, desde que haja conveniência administrativa.
- c) A elevação do servidor estável à classe imediatamente superior dentro da mesma carreira, em caráter efetivo, configura nomeação, por se tratar de provimento vertical.
- d) O retorno de um servidor aposentado ao serviço ativo, por terem desaparecido os motivos que geraram sua aposentadoria, caracteriza reversão, nos termos da Lei 6.123/68.
- e) A readaptação de servidor para cargo compatível com sua capacidade física ou intelectual denomina-se promoção, uma vez que implica mudança para uma nova função.

30. A SAD-PE revisa a estrutura de carreiras de uma autarquia estadual e solicita a identificação correta dos elementos definidos na Lei nº 6.123/1968. Considerando os conceitos de classe, série de classes, grupo ocupacional, serviço, especificação de classe e reclassificação, assinale a alternativa correta.

- a) A reclassificação é apenas a mudança de lotação do servidor dentro da mesma unidade, sem alteração de cargo ou classe.
- b) A especificação de classe é apenas o nome do cargo, sem atribuições ou requisitos.
- c) Série de classes é o conjunto de cargos iguais quanto à natureza, responsabilidade e complexidade.
- d) Grupo ocupacional reúne classes iguais de mesma natureza e complexidade, definindo o cargo específico do servidor.
- e) Serviço é a justaposição de grupos ocupacionais, considerando identidade, similitude ou conexão das atividades profissionais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO GERAL***Rodrigo Rennó*

31. Durante uma crise operacional inesperada, um gestor precisa decidir rapidamente sem acesso a informações completas. Ao agir com base em experiências acumuladas, conexões mentais rápidas e forte influência emocional, ele demonstra um padrão decisório que, segundo os modelos clássicos de tomada de decisão, caracteriza:

- a) o modelo racional, no qual a maximização dos resultados ocorre pela análise exaustiva das alternativas disponíveis.
- b) o modelo analítico, marcado pela avaliação detalhada de múltiplos cenários e alto nível de complexidade cognitiva.
- c) o modelo intuitivo, apoiado em processos inconscientes, experiências prévias e associações holísticas.
- d) a racionalidade limitada, que exige a busca de decisões ótimas apesar das limitações cognitivas e informacionais.
- e) o estilo comportamental, cuja principal referência são os relacionamentos interpessoais e a evitação de emoções.

32. Em uma agência reguladora, o corpo gerencial tenta aplicar rigorosamente o modelo racional de tomada de decisão, buscando identificar todas as alternativas, definir critérios mensuráveis e selecionar a opção que maximize os resultados. Entretanto, o processo enfrenta atrasos e inconsistências, pois nem sempre as informações disponíveis são completas, precisas ou isentas de distorções perceptivas. Nesse contexto, pode-se afirmar que a principal limitação prática desse modelo reside no fato de que ele:

- a) pressupõe disponibilidade integral de informações confiáveis e capacidade cognitiva ilimitada,

condições raramente encontradas no ambiente real de decisão.

- b) exige decisões predominantemente intuitivas, levando o gestor a priorizar julgamentos afetivos.
- c) ignora etapas estruturadas, substituindo o diagnóstico por avaliação subjetiva de hipóteses.
- d) restringe o uso de critérios racionais, enfatizando exclusivamente heurísticas e experiências passadas.
- e) elimina a necessidade de avaliação de alternativas, pois considera que a primeira solução encontrada é sempre satisfatória.

33. Uma empresa pública decide fortalecer seu processo de planejamento, revisando objetivos, alinhando esforços entre departamentos, estabelecendo parâmetros claros de controle e ampliando a coordenação interna. Com isso, os gestores observam maior clareza estratégica, melhor distribuição das responsabilidades e aumento da capacidade de monitorar resultados. Esses efeitos demonstram que o planejamento:

- a) atua como mecanismo que reduz a necessidade de revisão contínua, assegurando estabilidade rígida ao processo decisório.
- b) limita a flexibilidade organizacional, criando dependência de metas fixas e pouca adaptação a mudanças.
- c) contribui para o aumento da eficiência, o alinhamento dos esforços e a integração das atividades, reforçando a coerência interna.
- d) substitui integralmente a necessidade de monitoramento de desempenho, já que o direcionamento inicial é suficiente para manter o curso das ações.
- e) dispensa a análise ambiental, pois direciona o foco exclusivamente para a estrutura interna da organização.

GESTÃO GOVERNAMENTAL E DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS*Elisabete Moreira*

34. A Administração Pública Gerencial, que sucedeu o modelo burocrático, fundamenta-se na gestão orientada para resultados como seu pilar central. Nos termos dessa abordagem, o foco na eficiência da administração pública é corretamente definido

- a) pelo estrito cumprimento dos procedimentos e normas legais, considerando-se a conformidade como o principal indicador de desempenho do gestor.
- b) pela relação entre os produtos ou serviços gerados (outputs) e os custos dos insumos (inputs) empregados, visando a otimização dos recursos na consecução dos objetivos.
- c) pela medição do impacto social das políticas implementadas, focando na efetividade e na percepção de valor pelo cidadão.
- d) pela capacidade de alocar recursos orçamentários de forma equânime entre os diferentes setores governamentais, garantindo a isonomia no dispêndio público.
- e) pelo controle da despesa pública em áreas sociais, assumindo-se a premissa de que maior investimento se traduz diretamente em melhores serviços prestados.

35. A formulação de políticas públicas baseada em evidências (*evidence-based policy*) propõe uma mudança no ciclo decisório tradicional, caracterizando-se por

- a) substituir o debate político pela análise técnica, cabendo aos cientistas de dados e avaliadores a decisão final sobre a alocação de recursos públicos.
- b) basear-se em ensaios clínicos randomizados (RCTs) como fonte válida de evidência, descartando avaliações qualitativas.
- c) priorizar a intuição, a tradição e a experiência política dos gestores, utilizando dados e avaliações

na fase ex post, como forma de justificar as decisões já tomadas.

- d) focar na coleta massiva de dados (Big Data) partindo do pressuposto que dados são fontes mais importantes para evidências.
- e) utilizar sistematicamente dados e informações analíticas, provenientes de monitoramento e avaliações, para informar as escolhas de desenho, implementação e ajuste das políticas ao longo do ciclo.

36. A abordagem de Design Thinking, quando aplicada ao desenho de serviços públicos, propõe um modelo centrado no ser humano (usuário-cidadão) e iterativo. Uma característica essencial desta metodologia é

- a) a definição prévia de requisitos técnicos detalhados e do escopo do projeto antes do início da prototipação ou teste com usuários.
- b) a aplicação de soluções tecnológicas pré-definidas para garantir a rápida implementação do serviço e a padronização.
- c) a ênfase na fase de empatia, que busca a compreensão das necessidades, dores e experiências reais do usuário, por meio de observação e interação, antes de propor soluções.
- d) o foco na otimização dos processos internos, partindo da visão dos servidores e especialistas sobre o que é melhor para a organização.
- e) a utilização de grupos focais com acadêmicos e políticos como ferramenta para definir os requisitos do serviço.

37. Determinada autarquia federal, decidiu adotar os preceitos da Gestão da Qualidade Total (TQM) como pilar para a excelência em seus serviços, baseando-se precipuamente na filosofia de W. Edwards Deming. De acordo com os 14 pontos de Deming, a alta administração dessa autarquia deverá implementar ações que

- a) priorizem a inspeção em massa ao final da prestação do serviço como mecanismo principal de controle, assegurando que o cidadão não receba produtos ou serviços defeituosos.
- b) estabeleçam metas de produtividade para os servidores, valorizando slogans e exortações para incentivar o alcance dos resultados.
- c) fomentem a competição interna entre os departamentos com vistas a promover o engajamento necessário para o alcance das metas.
- d) adotem a constância de propósitos para a melhoria do serviço e instituam um vigoroso programa de educação e autodesenvolvimento para todos.
- e) centralizem a responsabilidade pela qualidade em um departamento especializado, que terá a incumbência de auditar os demais setores e aplicar as recompensas e sanções cabíveis.

38. A Constituição Federal de 1988 e a legislação infraconstitucional estabeleceram diversas arenas e mecanismos de participação social na gestão pública, com vistas ao alcance de resultados. No que tange à tipologia e características desses instrumentos, é correto afirmar que

- a) as Conferências de Políticas Públicas são instâncias colegiadas de caráter permanente, com composição paritária entre governo e sociedade civil, cuja finalidade precípua é a deliberação sobre a alocação de recursos em fundos setoriais.
 - b) o Orçamento Participativo (OP) é o principal instrumento de participação direta previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, possuindo natureza consultiva.
 - c) os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são espaços formais de deliberação e cogestão, convocados eventualmente pelo Executivo, com foco na formulação de diretrizes gerais para o setor de atuação.
 - d) as Audiências Públicas, exigidas para a elaboração do PPA, LDO e LOA, representam o mais alto grau de participação na escala da coprodução de serviços, pois suas deliberações vinculam juridicamente as decisões do Chefe do Poder Executivo.
 - e) os Conselhos Gestores e as Conferências são instrumentos de participação distintos, sendo os primeiros instâncias permanentes e deliberativas de controle social, e as segundas, eventos periódicos de avaliação e proposição de diretrizes.
-

39. Um órgão público, ao implementar seu planejamento estratégico, optou pela metodologia do Balanced ScoreCard (BSC), conforme preconizado por Kaplan e Norton. Durante a elaboração do Mapa Estratégico, a equipe de planejamento debateu a correta disposição dos objetivos e a relação de causa e efeito entre as perspectivas, adaptadas ao setor público. Considerando a lógica de construção do Mapa Estratégico do BSC, a hipótese estratégica correta estabelece que

- a) a perspectiva dos processos Internos é o objetivo final, de modo que os investimentos em aprendizado e crescimento e a satisfação dos jurisdicionados são os meios para alcançar a eficiência processual.
- b) o mapa estratégico deve ser lido de cima para baixo, iniciando-se pela perspectiva financeira, que define os limites de atuação para a satisfação dos clientes-cidadão, os quais determinam os processos internos a serem executados a partir do aprendizado.
- c) as perspectivas do BSC são independentes e devem ser monitoradas por indicadores, que apresentam uma relação de causalidade entre eles e um equilíbrio de pesos iguais.
- d) os objetivos da perspectiva de aprendizado e crescimento são a base que permitem a excelência nos processos internos, o que gera os resultados esperados na perspectiva dos clientes.
- e) a perspectiva do cliente é o único direcionador estratégico, cabendo às perspectivas Financeira e de Processos Internos uma função reativa de ajuste às solicitações dos clientes.

GERENCIAMENTO DE PROJETOS E PROCESSOS

Fernando Pedrosa

Acerca de **Metodologias Ágeis**, julgue os itens subsequentes.

40. Sobre características de metodologias ágeis, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Priorizam os riscos gerais do projeto, mas focam principalmente nos riscos das próximas iterações.
- b) Possuem profissionais com papéis claros e bem definidos, geralmente liderados por um gerente de projeto conforme o plano estabelecido.
- c) Definem um tempo de entrega fixo (deadline), podendo ter custo e escopo variáveis.
- d) Consideram que as mudanças são bem-vindas, mas evitam mudar o escopo da iteração em andamento.
- e) Realizam um planejamento de alto nível no início do projeto e os detalhes são realizados durante o projeto.

Acerca de **BPM**, julgue os itens subsequentes.

41. Quanto a tipos de Processos de Negócio, assinale a opção correta.

- a) Processos Primários, também conhecidos como processos essenciais, finalísticos ou core process, tipicamente são específicos de uma determinada área funcional e agregam valor diretamente para o cliente.
- b) Processos de suporte são frequentemente associados a uma área funcional específica e entregam valor a outros processos e não diretamente a clientes.
- c) Processos de gerenciamento agregam valor diretamente a clientes na forma de medição, monitoramento e controle de atividades.
- d) Processos de Recursos Humanos, Marketing e Tecnologia da Informação são exemplos associados a Processos Primários.
- e) Processos de avaliação pedagógica, controle de projetos e desempenho de funcionários, entre outros, são exemplos de Processos de Suporte.

Acerca de **PMBOK 7**, julgue os itens subsequentes.

42. Sobre características e resumo de mudanças do PMBOK 7, assinale a alternativa correta.

- a) A nova edição é baseada em princípios, isto é, focada mais nos resultados pretendidos e menos nos entregáveis.
- b) Métodos ágeis (chamados de Adaptativos) são adotados como a abordagem de entrega recomendada para projetos.
- c) Projetos de sucesso são aqueles que entregam o seu resultado dentro do escopo, prazo, custo e qualidade definidos.
- d) É possível realizar o ajuste (Tailoring) de projetos, mas não da organização, pois estas estão em um nível de autoridade maior do que o gerente do projeto.
- e) Modelos, métodos e artefatos da edição anterior foram detalhados, inclusive prescrevendo quando, como e quais ferramentas devem ser utilizadas.

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO

Emannuelle Gouveia

43. Em sistemas de Inteligência Artificial modernos, os modelos de linguagem de larga escala (LLMs) desempenham papel central. Assinale a alternativa que descreve corretamente uma característica própria desses modelos.

- a) Operam exclusivamente com regras simbólicas pré-programadas.
- b) São treinados com grandes volumes de dados textuais para aprender padrões linguísticos complexos e gerar respostas contextualizadas.
- c) Funcionam apenas como classificadores binários, sem capacidade de geração textual.
- d) Exigem intervenção humana a cada etapa de inferência para produzir resultados.
- e) Não podem ser utilizados como base para aplicações conversacionais.

44. No contexto de IA generativa, os agentes inteligentes têm ganhado destaque por integrarem modelos, memória e capacidade de agir no ambiente. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica dos agentes presentes em sistemas baseados em IA generativa.

- a) Agem apenas de forma determinística, sem possibilidade de adaptação ao contexto.
- b) Executam tarefas exclusivamente físicas, como robótica industrial.
- c) Dependem de programação manual para cada ação gerada.
- d) São incapazes de integrar modelos de linguagem às suas rotinas de decisão.
- e) Podem planejar, decidir e executar ações utilizando modelos generativos como núcleo cognitivo, interagindo dinamicamente com ambientes e sistemas.

45. Diversas organizações têm adotado sistemas de IA generativa para automatizar tarefas e acelerar processos internos. Em uma situação em que um modelo produz textos altamente persuasivos, utiliza obras protegidas como base de treinamento, responde de maneira enviesada a determinados grupos sociais e ainda solicita exemplos reais de clientes para “melhorar sua resposta”, qual risco se destaca como abrangente e diretamente relacionado à soma desses comportamentos?

- a) Redução inevitável do desempenho computacional devido ao tamanho do modelo.
- b) Diminuição da necessidade de supervisão humana por causa da alta autonomia técnica.
- c) Aumento da eficiência operacional sem impactos relevantes na segurança da informação.
- d) Melhoria automática da neutralidade e imparcialidade das respostas geradas.
- e) Risco composto que envolve desinformação, violação de direitos autorais, vieses algorítmicos, impactos no trabalho e exposição indevida de dados sensíveis.

46. Em um órgão público que decidiu criar um laboratório de inovação para desenvolver soluções colaborativas com universidades, startups e cidadãos, o time responsável optou por utilizar Design Thinking como abordagem principal. Considerando práticas de redes de inovação, laboratórios de inovação e inovação aberta, qual situação representa corretamente a lógica combinada desses elementos?

- a) O laboratório atua isoladamente, restringindo o acesso às ideias para evitar influência externa nos resultados.
- b) A equipe foca apenas em relatórios teóricos, evitando prototipação para não comprometer a neutralidade metodológica.
- c) O órgão realiza ciclos iterativos de empatia, experimentação e testes, convidando atores externos para cocriar soluções e compartilhar conhecimento.
- d) O processo é conduzido exclusivamente por gestores seniores, sem participação de usuários, a fim de garantir padronização técnica.
- e) A rede de inovação é formada somente por unidades internas da instituição, sem conexões com o ecossistema mais amplo.

47. Uma equipe de análise recebeu registros provenientes de sensores industriais, mensagens de e-mail corporativo e tabelas relacionais extraídas de um ERP. Antes de produzir indicadores gerenciais, o grupo precisa decidir como organizar e tratar essas informações. Considerando as etapas fundamentais da análise de dados, qual decisão reflete o entendimento correto da natureza dos dados e do fluxo de trabalho necessário?

- a) Classificar todos os dados como estruturados, já que qualquer informação pode ser convertida automaticamente para tabelas relacionais.
- b) Armazenar apenas os dados não estruturados, pois dados estruturados não exigem tratamento antes da visualização.

c) Realizar o tratamento exclusivamente após a visualização, já que essa etapa identifica problemas antes de qualquer limpeza.

d) Reconhecer que sensores e e-mails são exemplos de dados não estruturados ou semiestruturados, exigindo coleta adequada, tratamento específico e armazenamento compatível antes da visualização.

e) Pular a etapa de coleta, pois dados oriundos de sistemas distintos não precisam ser organizados antes de análise.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E ESTRATÉGIA DIGITAL GOVERNAMENTAL

Stefan Fantini

48. Indique a alternativa que não traz um dos objetivos do governo eletrônico.

- a) minimizar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos;
- b) permitir maior participação popular do cidadão na gestão pública;
- c) modernizar a máquina pública;
- d) democratizar o acesso à informação (inclusão digital);
- e) aumentar a transparência, o controle social e a accountability.

49. Durante um treinamento sobre transformação digital no setor público, o instrutor apresentou os princípios norteadores da Estratégia de Governo Digital 2024–2027, de acordo com o Governo Federal. Indique a alternativa que não traz um desses princípios.

- a) Governo Inteligente e Inovador
- b) Governo Eficiente e Sustentável
- c) Governo Centrado no Cidadão e Inclusivo
- d) Governo Sigiloso, Aberto e Participativo
- e) Governo Confiável e Seguro

50. A política de Governo Eletrônico, no Brasil, segue um conjunto de diretrizes que atuam em 03 frentes fundamentais:

- a) Junto aos políticos; Na melhoria da própria gestão interna do Estado e; Na integração com parceiros e fornecedores.
- b) Junto ao cidadão; Na melhoria da gestão externa do Estado e; Na integração com parceiros e fornecedores.
- c) Junto aos fornecedores; Na melhoria da própria gestão interna do Estado e; Na integração com políticos e cidadãos.
- d) Junto aos políticos; Na melhoria da gestão externa do Estado e; Na integração com parceiros e fornecedores.
- e) Junto ao cidadão; Na melhoria da própria gestão interna do Estado e; Na integração com parceiros e fornecedores.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

51. O Estado de Pernambuco implantou um painel público de desempenho para acompanhar metas pactuadas em “contratos de gestão” firmados entre a Secretaria de Planejamento e os órgãos setoriais. A proposta orçamentária de 2026 passou a vincular a alocação de recursos a indicadores de resultado (taxa de mortalidade infantil, tempo de deslocamento urbano, evasão escolar), prevendo reprogramações trimestrais conforme o alcance de metas e publicação de relatórios de efetividade. O manual interno determina que o foco da análise seja resultado entregue à sociedade, e não apenas o objeto de gasto ou o histórico de dotações.

À luz das técnicas orçamentárias, o modelo descrito corresponde ao orçamento:

- a) de metas alcançáveis.

b) administrativo por objetivos.

c) orientado por resultados.

d) de resultado final.

e) de disponibilidade de recursos.

52. O Estado Delta estruturou uma PPP para ampliar a rede de saneamento e, para mitigar risco de contraparte, ofereceu ao parceiro privado, como garantia, o produto de multas administrativas ambientais e de preços públicos arrecadados por suas autarquias, ambos com parcelamento administrativo vigente e fluxo previsível ao longo do contrato. O Tribunal de Contas estadual apontou possível ofensa ao princípio da não afetação, por entender que qualquer vinculação de receita orçamentária para garantia seria vedada, sobretudo porque tais ingressos constaram da base de previsão de receitas da LOA.

À luz da Constituição e das normas de finanças públicas, tal entendimento é juridicamente:

- a) correto, pois a vinculação de qualquer receita orçamentária a garantias privadas depende de lei complementar federal específica, sob pena de inconstitucionalidade formal e material.
- b) correto, uma vez que a vinculação em garantia somente é admitida para a União e exclusivamente com impostos federais, sendo vedada aos Estados quanto a quaisquer receitas.
- c) equivocado, porque a vedação constitucional de não vinculação recai sobre o produto de impostos a órgão, fundo ou despesa, não se aplicando, como regra, a receitas não tributárias (multas e preços públicos), salvo disposições específicas.
- d) correto, já que o princípio veda toda e qualquer destinação vinculada, inclusive de receitas não tributárias, por afetar o equilíbrio orçamentário e a unidade de caixa do Tesouro.
- e) equivocado, porque a vedação constitucional limita-se à vinculação de tributos em geral (impostos, taxas e contribuições), sendo livre a vinculação do produto dos impostos estaduais.

53. A Lei Orçamentária Anual de 2026 do Estado Gama foi sancionada com:

- (i) *autorização genérica para o Chefe do Executivo abrir créditos suplementares até 15% do total da despesa fixada;*
- (ii) *criação de reserva de contingência “calculada com base na arrecadação total do exercício anterior apurada em relatório fiscal”, constando apenas o valor global na LOA; e*
- (iii) *previsão de alienação de equipamentos da frota oficial, com cláusula contratual prevendo multa e juros por atraso de pagamento por parte do arrematante.*

À luz da CF/1988, da Lei nº 4.320/1964, da LRF (LC nº 101/2000) e dos manuais federais (MTO 2025 e MCASP 11ª ed.), assinale a alternativa correta:

- a) A LRF exige que a LOA fixe o montante da reserva de contingência com base na receita arrecadada total do exercício anterior, evidenciada em relatório fiscal quadrimestral (RGF).
- b) Segundo o Ementário de Receitas e o MCASP, multa e juros por atraso no recebimento de alienação de bens devem ser classificados como receitas de capital, por derivarem de uma operação de capital.
- c) A LOA pode autorizar a abertura de créditos suplementares até determinado limite e estes podem ter como fonte o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 31/12 do exercício anterior, desde que não comprometido por despesas já vinculadas.
- d) O princípio da exclusividade autoriza inserir na LOA dispositivo permitindo a abertura de créditos especiais e suplementares para despesas sem dotação específica.
- e) A LRF determina que a reserva de contingência conste necessariamente na LOA, sendo calculada com base na RREO bimestral, e dispensa tratamento na LDO por se tratar de despesa intraorçamentária.

54. O Estado Delta encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de LDO-2026. Por lapso, o texto inicial não trouxe os anexos. Após críticas técnicas, o Executivo editou decreto de programação financeira anexando um “Anexo de Metas”, com metas anuais apenas para 2026 e 2027, e remetendo à LOA-2026 a avaliação do cumprimento das metas de 2025 e a memória de cálculo dos resultados primário e nominal. O TCE questionou a regularidade.

À luz da CF/1988 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), assinale a alternativa correta:

- a) O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais servem primordialmente para dimensionar a Reserva de Contingência, a qual é “acionada” quando as metas não são atingidas, podendo constar de decreto do Executivo.
- b) O Anexo de Metas Fiscais integra o decreto de execução orçamentária a ser editado no primeiro bimestre, pois é nele que se fixam as metas e os critérios para contingenciamento.
- c) O Anexo de Metas Fiscais compõe a LOA, trazendo metas anuais (em valores correntes e constantes) de receitas, despesas e resultados primário e nominal para o exercício a que se refere e para o exercício seguinte.
- d) O Anexo de Metas Fiscais integra a LDO e deve conter, entre outros, metas anuais em valores correntes e constantes para três exercícios (o de referência e os dois seguintes), avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior, evolução do patrimônio líquido, memória e metodologia de cálculo e estimativa/compensação de renúncias e margem de expansão das despesas obrigatórias continuadas.
- e) O Anexo de Metas Fiscais é próprio do PPA, devendo nele constar a margem de expansão das despesas obrigatórias e os resultados esperados das empresas estatais, ficando a LDO restrita a diretrizes qualitativas.

GESTÃO DE PESSOAS*Douglas Schneider*

55. A evolução da gestão de pessoas pode ser compreendida por meio da noção de eras, as quais traduzem diferentes visões sobre o papel das pessoas nas organizações e o foco das práticas gerenciais em cada período. Com base nessa concepção, é correto afirmar:

- a) A transição da era clássica da administração de pessoal para a era moderna da gestão estratégica de pessoas representa a mudança do enfoque em controle e rotinas administrativas para a valorização do capital humano como fonte de vantagem competitiva.
- b) A era da eficiência operacional, também chamada de era burocrática, consolidou-se pelo reconhecimento da importância das competências individuais e da autonomia decisória dos colaboradores como elementos centrais da produtividade.
- c) A era das relações industriais, embora tenha buscado um viés mais humanizado, manteve como foco principal a descentralização da autoridade e o empowerment de equipes multifuncionais.
- d) A era da gestão participativa é anterior à era da administração de pessoal e caracteriza-se pela informalidade das práticas e ausência de regulação trabalhista, típica das sociedades pré-industriais.
- e) A era da conformidade legal corresponde à incorporação plena da gestão por competências, sendo voltada para a análise estratégica das lacunas de desempenho e o desenvolvimento de lideranças.

56. No contexto da evolução dos modelos de gestão de pessoas, a distinção entre responsabilidade de linha e função de *staff* evidencia um movimento de modernização da área, no qual

- a) a função de *staff*, exercida pelos gestores operacionais, corresponde ao apoio às unidades centrais de RH, responsáveis pela autoridade de linha na condução das práticas de gestão de pessoas.
- b) a área de gestão de pessoas passa a atuar como órgão de assessoria e consultoria (função de *staff*), orientando os gestores das diversas unidades que detêm a autoridade de linha sobre suas equipes e sobre a aplicação das políticas institucionais.
- c) a chamada autoridade de linha, anteriormente vinculada às chefias das áreas finalísticas, é transferida para os núcleos de RH, que passam a decidir sobre avaliações, alocações e desenvolvimento dos servidores.
- d) a função de *staff* corresponde à centralização das decisões relativas à gestão de pessoas na unidade de RH, cabendo aos gestores apenas a supervisão técnica das atividades da unidade.
- e) a responsabilidade de linha e a função de *staff* deixam de existir como categorias distintas, tornando-se intercambiáveis em razão da adoção de modelos contemporâneos de gestão por processos.

57. No âmbito do subsistema de gestão de pessoas responsável por agregar novos colaboradores, o recrutamento antecede a seleção e tem por finalidade atrair candidatos potencialmente qualificados para suprir determinada necessidade de pessoal. Considerando tais aspectos, é correto afirmar que:

- a) o recrutamento interno constitui modalidade compulsória, utilizada apenas quando há impedimento legal para abertura de processos externos.
- b) o recrutamento externo caracteriza-se como forma de preenchimento de vaga por meio de movimentações entre unidades internas, sem contato com o mercado.
- c) o recrutamento visa comparar candidatos às exigências do cargo, sendo essa etapa responsável pela decisão final de escolha do candidato aprovado.
- d) o recrutamento corresponde ao processo de divulgação da oportunidade e de atração de candidatos, cabendo à seleção a identificação daquele que melhor atende aos requisitos do cargo.
- e) o recrutamento é aplicável exclusivamente em situações emergenciais, sendo a seleção restrita às organizações com estrutura formalizada de gestão.

58. A respeito das noções de desempenho humano e dos métodos utilizados nos sistemas formais de avaliação de desempenho organizacional, assinale a alternativa correta:

- a) O desempenho humano deve ser aferido exclusivamente por indicadores quantitativos, uma vez que variáveis comportamentais apresentam elevado grau de subjetividade e tendem a comprometer a confiabilidade dos resultados.
- b) O método dos incidentes críticos tem por foco a coleta de comportamentos recentes dos avaliados, sendo sua principal finalidade evitar vícios cognitivos, como efeito *halo* ou *horn*.
- c) A avaliação 360º, por envolver múltiplas fontes, deve prescindir da autoavaliação, uma vez que esta

tende a gerar constrangimentos aos avaliadores e comprometer a imparcialidade do processo.

- d) A pesquisa de campo distingue-se pela realização de entrevistas conduzidas por avaliador especializado, possibilitando identificar causas, origens e motivos do desempenho apresentado, além de favorecer o planejamento de ações de melhoria.
- e) O efeito *halo* ocorre quando o avaliador, ao se concentrar em comportamentos extremos negativos, produz julgamento rigoroso que compromete apenas a dimensão comportamental, mas não interfere nos demais itens avaliados.

59. A cultura organizacional, segundo a doutrina clássica baseada em Schein, estrutura-se em diferentes níveis e influencia diretamente o comportamento dos membros da organização. Considerando esse conceito, é correto afirmar que:

- a) os artefatos correspondem ao nível mais profundo da cultura, por representarem crenças inconscientes compartilhadas pelos integrantes da organização.
- b) os valores organizacionais são elementos de fácil visualização, constituindo o nível superficial da cultura e sendo plenamente acessíveis a qualquer observador externo.
- c) a cultura organizacional restringe-se às normas formais de conduta estabelecidas pela direção, refletindo exclusivamente a dimensão normativa das estruturas organizacionais.
- d) a cultura organizacional, por sua natureza simbólica, pode ser rapidamente modificada mediante intervenções diretas no comportamento dos colaboradores.
- e) os denominados pressupostos básicos representam o nível mais profundo e menos visível da cultura, consistindo em crenças, percepções e verdades compartilhadas que orientam, de forma inconsciente, a maneira como os integrantes da organização interpretam e respondem ao ambiente.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

60. A respeito das competências legislativas dos entes federativos, assinale a opção correta:

- a) compete à União legislar privativamente sobre direito administrativo.
- b) compete a cada ente federativo instituir seu regime jurídico de servidores públicos.
- c) é competência exclusiva do Município legislar sobre trânsito.
- d) compete a cada Estado da Federação legislar sobre proteção de dados pessoais.
- e) direito civil é um exemplo de uma matéria de competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

61. Se a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovar um projeto de lei ordinária, dispondo sobre o aumento de um determinado tributo estadual, esse projeto de lei:

- a) deve ser promulgado e publicado pela própria Assembleia.
- b) deve ser enviado à Governadora do Estado, que é obrigada a sancioná-lo.
- c) deve ser enviado à Governadora do Estado, que pode sancioná-lo ou vetá-lo.
- d) deve ser enviado à Governadora do Estado, para que seja submetido à análise de constitucionalidade feita pelo Tribunal de Justiça.
- e) deve ser arquivado.

62. Compete privativamente à Governadora do Estado de Pernambuco:

- a) aprovar emendas à Constituição Estadual.
- b) prover e desprover os cargos públicos estaduais, na forma da lei.
- c) celebrar guerra e declarar a paz.
- d) sancionar ou vetar as propostas de emenda à Constituição Estadual.

e) escolher todos os desembargadores do Tribunal de Justiça.

63. É órgão do Judiciário estadual:

- a) o Tribunal de Contas do Estado.
- b) o Superior Tribunal de Justiça.
- c) o Tribunal de Justiça.
- d) o juiz do trabalho.
- e) o Procurador-Geral de Justiça.

64. A respeito da Administração Pública na CF, assinale a única alternativa errada:

- a) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- c) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- d) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

65. Durante auditoria realizada pela Controladoria-Geral do Estado, um servidor foi acusado de enriquecimento ilícito após acumular patrimônio incompatível com sua remuneração, além de ter utilizado seu cargo para receber vantagens indevidas. Considerando as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), na modalidade enriquecimento ilícito, assinale a alternativa correta.

- a) A suspensão dos direitos políticos somente pode ser aplicada por até 5 anos nos casos de enriquecimento ilícito, pois períodos mais longos são exclusivos para dano ao erário.
- b) A perda da função pública somente ocorre após o trânsito em julgado da ação penal, não sendo aplicável no âmbito da improbidade administrativa.
- c) A multa civil, se aplicada, deve ser limitada a 100% da remuneração do agente público, sendo vedado vinculá-la ao valor do acréscimo patrimonial indevido.
- d) Entre as sanções cabíveis está a proibição de contratar com o Poder Público, direta ou indiretamente, por até 14 anos, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual o condenado seja sócio majoritário.
- e) O ressarcimento integral ao erário não se aplica nos casos de enriquecimento ilícito, pois a perda dos bens adquiridos ilicitamente já é suficiente para reparar o dano.

66. Durante uma capacitação na Escola de Governo de Pernambuco, os novos servidores estudaram as diferentes categorias de agentes públicos, conforme a doutrina clássica do Direito Administrativo. Após a aula, o instrutor apresentou alguns exemplos práticos para que os participantes identificassem corretamente a categoria de agente envolvida em cada situação.

Considerando a classificação dos agentes públicos em políticos, administrativos, honoríficos, delegados e credenciados, assinale a alternativa correta.

- a) Um cidadão convocado para atuar como mesário nas eleições, prestando serviço relevante ao Estado sem remuneração permanente, é considerado agente credenciado, pois representa a Administração em situação específica.
- b) Um tabelião, exercendo função notarial delegada pelo poder público, enquadra-se como agente delegado, por desempenhar atividade estatal mediante delegação legal.
- c) Um artista contratado pelo Estado para compor o quadro de servidores efetivos após concurso público deve ser classificado como agente honorífico, pois exerce atividade cultural de interesse do governo.
- d) Um ministro de Estado, ao dirigir políticas públicas de caráter nacional, é considerado agente administrativo, por ocupar cargo integrante da estrutura burocrática.
- e) Um empregado público contratado por empresa estatal, com vínculo regido pela CLT, deve ser classificado como agente político, pois exerce atribuições de interesse coletivo.

67. A Secretaria de Administração de Pernambuco (SAD-PE) está realizando uma capacitação para servidores recém-ingressos, explicando os requisitos necessários para aquisição da estabilidade no serviço público. Após a apresentação, um instrutor propõe uma questão situacional para verificar a compreensão da turma.

Considerando o art. 41 da Constituição Federal e os requisitos expressos para aquisição da estabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) O servidor adquire estabilidade imediatamente após concluir o estágio probatório, independentemente de aprovação em avaliação especial de desempenho.
- b) A estabilidade pode ser adquirida por empregados públicos de empresas estatais que atuem em regime de CLT, desde que cumpram três anos de efetivo exercício.
- c) A aprovação prévia em concurso público e o exercício de três anos no cargo são suficientes para assegurar estabilidade, mesmo que o servidor ocupe cargo em comissão.
- d) Para adquirir estabilidade, o servidor deve ser ocupante de cargo efetivo, ter sido aprovado por concurso público, cumprir três anos de efetivo exercício e ser aprovado em avaliação especial de desempenho.
- e) Servidores temporários, desde que aprovados em seleção simplificada e com mais de três anos de serviço, também fazem jus à estabilidade constitucional.

68. A Secretaria de Administração de Pernambuco está revisando contratos e atos normativos que envolvem transferência de atividades administrativas. Durante a auditoria, identificou-se que alguns servidores confundiam os conceitos de descentralização por outorga (ou serviços) e descentralização por delegação (ou colaboração). Para orientá-los, o órgão elaborou a seguinte questão.

Considerando as formas de descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Na descentralização por delegação, a Administração transfere a titularidade e a execução de determinado serviço público a um particular, sempre por meio de lei e com prazo indeterminado.
- b) Na descentralização por outorga, o Poder Público transfere apenas a execução do serviço, mantendo consigo a titularidade, por meio de contratos administrativos, geralmente com prazo determinado.
- c) A descentralização por outorga ocorre quando há criação de entidade da Administração Indireta e transferência tanto da titularidade quanto da execução do serviço público.
- d) Na descentralização por delegação, o particular recebe a titularidade do serviço público, mas a execução permanece com a Administração Direta, mediante autorização legal.
- e) Tanto na outorga quanto na delegação, o prazo deve ser necessariamente indeterminado, pois a Constituição veda prazo fixo para transferência da prestação de serviços públicos.

69. Durante auditoria interna, a Secretaria de Administração de Pernambuco analisou a estrutura de um órgão recém-criado e solicitou aos analistas a identificação correta de suas características formais. Considerando o regime jurídico dos órgãos públicos no Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) Órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria, podendo atuar em juízo e gerir patrimônio próprio.
- b) Órgãos públicos são resultado da descentralização e, por isso, não mantêm relação hierárquica com a Administração Direta.
- c) A criação e extinção de órgãos públicos dependem, em regra, de lei, e integram a estrutura interna de pessoas jurídicas como União, Estados, autarquias e fundações.
- d) Todo órgão público possui autonomia financeira plena e patrimônio próprio para execução de suas atividades.
- e) Como não têm autonomia, nenhum órgão público possui qualquer tipo de capacidade processual.

70. Durante uma capacitação da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), os novos servidores foram orientados sobre as diferenças conceituais entre polícia administrativa e polícia judiciária, tendo em vista sua atuação cotidiana. Após a exposição, foi feita a seguinte questão para verificar a compreensão do tema.

Considerando as características dessas duas modalidades de poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- a) A polícia administrativa possui caráter repressivo, volta-se à investigação de infrações penais e atua essencialmente sobre pessoas, como ocorre nas atribuições das polícias civil e federal.
- b) A polícia judiciária tem natureza predominantemente preventiva, disciplinando atividades e bens a fim de evitar dano à coletividade, sendo exercida por diversos órgãos administrativos.

c) A polícia administrativa incide sobre bens, atividades e direitos, possui caráter preventivo e é exercida por múltiplos órgãos da Administração Pública.

d) A polícia judiciária é exercida por qualquer órgão público que disponha de competência fiscalizatória, desde que voltada ao controle de atividades privadas de risco.

e) A polícia administrativa é responsável pela apuração de crimes e pela lavratura de autos de prisão em flagrante, pois é a modalidade repressiva do poder de polícia.

Discursiva 1

Situação Hipotética

Em 2024, a Agência Reguladora Nacional (ARN) iniciou um ambicioso ciclo de planejamento estratégico de longo prazo. O novo diretor, empenhado em modernizar a instituição, priorizou a Fase I do processo, focando na formulação de documentos formais: o plano de metas quinquenais, a redefinição da visão e a alocação formal de grandes verbas para projetos de inovação. Contudo, em meados de 2025, o cenário político-econômico instável resultou em cortes orçamentários inesperados e forte oposição setorial a algumas diretrizes reformistas. Para contornar a crise e manter o foco na inovação, o diretor precisou reagir rapidamente, lançando uma série de ações de baixo custo, utilizando o capital político acumulado em parcerias informais e, por vezes, "vazando" informações sobre projetos futuros apenas para desestimular a atuação dos grupos opositores no Congresso.

Comando da Questão

Identifique e analise, com base no arcabouço conceitual dos “Cinco Ps” da estratégia de Henry Mintzberg, as perspectivas estratégicas adotadas pelo diretor da ARN na transição entre a fase formal de planejamento inicial e a fase reativa subsequente, decorrente da pressão e instabilidade externa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Situação Hipotética

Em 2024, a Secretaria Estadual de Gestão (SEG) publicou o ato de concessão de aposentadoria voluntária ao servidor João Silva. O processo, que é um ato de natureza complexa, foi imediatamente encaminhado ao Tribunal de Contas Estadual (TCE) para o registro compulsório, conforme a Constituição. Em 2025, antes da manifestação final do TCE, a auditoria interna da SEG detectou um vício sanável de forma: a ausência da assinatura de um parecer técnico preparatório obrigatório, embora o conteúdo do parecer fosse integralmente favorável. Diante da urgência em regularizar o passivo e evitar a responsabilização por ato imperfeito, a autoridade máxima da SEG considera duas opções: anular o ato de aposentadoria ou simplesmente revogá-lo por critérios de gestão.

Comando da Questão

Classifique o ato de concessão de aposentadoria em relação à formação da vontade administrativa. Discorra, ademais, sobre as possibilidades de desfazimento deste ato pela Administração Pública – anulação ou revogação – considerando que ele ainda não foi registrado pelo Tribunal de Contas e que apresenta um vício sanável de forma, conforme a doutrina e a legislação aplicáveis ao regime de direito público.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
